

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO,
TURISMO, CULTURA, DESPORTOS, MEIO AMBIENTE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA
SOCIAL

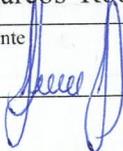
16ª LEGISLATURA

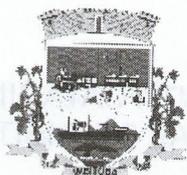
2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
530/2022 QUE APROVA A SEGUNDA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO DE IMBITUBA - PMSBI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2022.

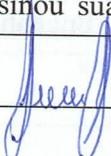
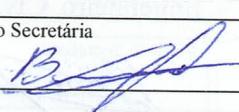
Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas e trinta minutos, iniciou-se a Audiência Pública com finalidade de discutir o Projeto de Lei Complementar nº 530/2022 que Aprova a Segunda Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Imbituba - PMSBI, e dá outras providências. O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba, Vereador Elísio Sgrott, abriu a Audiência Pública cumprimentando a todos os presentes e informou que a audiência visa colher subsídios junto à sociedade civil e técnicos, em especial da Prefeitura Municipal, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 530/2022, em trâmite no Poder Legislativo. Na sequência, passou à condução dos trabalhos ao Presidente da Comissão de Educação, Tecnologia, Informática, Comunicação, Turismo, Cultura, Desportos, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social, Vereador Deivid Rafael Aquino. Com a palavra, o Presidente da Comissão de Turismo, Meio-Ambiente e Saúde cumprimentou a todos e, após, explicou que a audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo Portal da Câmara de Imbituba, no endereço www.imbituba.sc.leg.br, e pelos Canais da Câmara de Imbituba no Youtube e Facebook. Na sequência, o Presidente da Comissão de Meio-ambiente e Saúde, Vereador Deivid Rafael Aquino, registrou as presenças das seguintes autoridades que compuseram a Mesa de Principal: do Excelentíssimo Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba, Vereador Elísio Sgrott que realizou a abertura da audiência; do Excelentíssimo Prefeito do Município de Imbituba, Senhor Rosivaldo da Silva Júnior, do Vice-Presidente da Comissão de Meio-ambiente e Educação, Vereador Bruno Pacheco da Costa, do Vereador Thiago Machado, membro da CET, do Secretário Municipal de Gestão e Planejamento Urbano, Senhor Carlos Filipe de Mello; do Secretário Municipal de Meio-Ambiente, Senhor Marcelo Pinho Maciel. Composto o Plenário foram registradas as presenças do Vereador Humberto Carlos dos Santos, do Vereador Renato Carlos Figueiredo, do Vereador Valdir Rodrigues, Vereador Michell Nunes, Vereador Matheus Paladini Pereira, Vereador Leonir de Sousa, Vereador Roel Ruiz, Vereador Rafael Mello da Silva, do Vereador Humberto Carlos dos Santos. Ainda, composto o plenário, o Presidente registrou a participação do Diretor Presidente do SAMAE- Gilnei Cardoso e dos representantes do Executivo Municipal, os quais foram responsáveis pela elaboração do Projeto em discussão, Senhor Marcos Roberto Carrer - Engenheiro Civil da SANEVILLE Engenharia Ltda e do

Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 1	Responsável 
--	---	------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

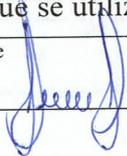
Senhor Fillipe Souza Miranda de Oliveira - Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Imbituba e Coordenador da Segunda Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico. Dando continuidade à audiência pública, o Presidente passou a palavra ao Secretário *ad hoc* da Audiência Pública, Vereador Bruno Pacheco da Costa, que procedeu à leitura da Exposição temática e dos procedimentos da Audiência Pública. Após os devidos esclarecimentos sobre os procedimentos, o Presidente da Comissão de Saúde e Meio-Ambiente, Vereador Deivid Rafael Aquino, passou a palavra ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Imbituba, Senhor Rosivaldo da Silva Júnior, para que juntamente com sua equipe apresentem o Projeto que dispõe sobre a Segunda Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico. Com a palavra, o Prefeito Rosivaldo da Silva Júnior cumprimentou, inicialmente, o Presidente da Comissão de Educação e Meio-Ambiente, Vereador Deivid Rafael Aquino, o Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador Elísio Sgrott, assim como os demais Vereadores presentes no plenário, ressaltando a participação em peso dos vereadores na audiência. Na sequência, cumprimentou aos servidores da Prefeitura da área do saneamento, técnicos responsáveis pelo projeto, ao diretor-presidente da SAMAE, ao técnico da SANEVILLE, empresa que auxiliou à Prefeitura na elaboração do projeto e, por fim, ao público presente. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o Prefeito declarou o quanto é importante auxiliar nas discussões de um tema tão importante e poder retomar e agilizar os trabalhos de saneamento no município, esta que é uma cobrança bastante grande com relação à administração e que exige investimentos altos. Declarou que o primeiro passo para que os investimentos em saneamento iniciem, visando o atingimento das metas estabelecidas no marco legal, começa pelas discussões com a população sobre o plano municipal que vai nortear todo o trabalho em saneamento que será realizado nos próximos anos no município de Imbituba. Na sequência, parabenizou toda a equipe da SANEVILLE, empresa licitada para auxiliar a administração municipal na elaboração do Plano Municipal de Saneamento. Parabenizou também aos servidores Gilnei Cardoso e Fillipe, assim como toda a equipe do SAMAE pelo trabalho de elaboração do Plano. Por fim, declarou que espera que nos próximos dias o Plano Municipal de Saneamento seja aprovado e que espera que seja um plano ideal para Imbituba e que o Executivo possa executar, a fim de atingir todas as metas previstas. Na sequência, o Prefeito passou a palavra ao Senhor Marcos Roberto Carrer - Engenheiro Civil da SANEVILLE Engenharia Ltda. Com a palavra, o Engenheiro Marcos Roberto Carrer, informou que a SANEVILLE foi contratada para a elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Imbituba. Na sequência, relatou todo o trabalho realizado pela empresa nestes um ano e nove meses desde que iniciaram a prestação de serviços ao município de Imbituba. Disse que tiveram algumas adversidades no início dos trabalhos que os impediram de fazer um trabalho *in loco* para coletar dados em virtude da necessidade de distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19. Assim, no início dos trabalhos a busca de dados primários e secundários foi realizada de forma remota. Após esclareceu que a licitação foi realizada pelo CISAN/SUL, Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, onde participam do consórcio 21 municípios do Estado de Santa Catarina, sendo que 04 municípios, entre eles o município de Imbituba, tiveram interesse em fazer uma licitação para a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico. Disse que a vencedora da licitação foi a empresa SANEVILLE, e o município de Imbituba assinou sua ordem de serviço em 05/01/2021. Explicou que já estão do 4º termo

Visto do Presidente	Visto do Secretária	Fls.: 2	Responsável
			



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

aditivo do contrato, os quais somente prorrogaram o prazo de revisão do Plano para até 31/12/22, sendo que o valor de contrato para o município do Município foi de R\$ 19.990,00. Na sequência, o Engenheiro explicou que o Plano Municipal de Saneamento Básico contempla quatro áreas: Abastecimento Básico, Manejo de resíduos sólidos, Esgotamento Sanitário, Manejo e drenagem de águas pluviais. Após apresentou as etapas do trabalho: 1 - Criação do Grupo de Acompanhamento; 2 - Estratégia de Mobilização Social; 3 - Caracterização Física; 4 - Revisão dos Diagnósticos; 5 - Revisão do Prognóstico; 6 - EVEF; 7- Minuta Lei e Versão Preliminar PMSB; 8 - Resumo do PMSB e Versão Final. Esclareceu que estão na fase 7 das etapas de Revisão do Plano. Dando continuidade à apresentação, o Engenheiro explicou detalhadamente cada uma das etapas, conforme conta na apresentação em anexo. Finalizada a apresentação, o Presidente da Comissão de Saúde e Meio-Ambiente da Câmara, Vereador Deivid Rafael Aquino, abriu espaço para que os vereadores que compõe a Comissão se manifestassem sobre o projeto. Primeiramente, foi concedida a palavra ao Vereador Bruno Pacheco da Costa que iniciou a sua fala parabenizando ao Executivo pela apresentação. Na sequência, o Vereador Bruno fez dois questionamentos. O primeiro refere-se à drenagem da Rua Nossa Senhora Aparecida, em Vila Nova Alvorada, cuja licitação foi realizada no último dia 21, com empresa vencedora, e com valor de três vírgula seis milhões. O Vereador então questionou ao Executivo se a ação no Plano Municipal que prevê drenagem para Vila Nova Alvorada no valor de dois milhões, refere-se à drenagem da Rua Nossa Senhora Aparecida, ou trata-se de drenagem para outra via do bairro. Na sequência, o Vereador apresentou o seu segundo questionamento: Perguntou ao Executivo porque não fazer um Plano Diretor de Esgotamento Sanitário assim como existe o Plano Diretor de Drenagem. Com a palavra, o Senhor Fillipe Souza Miranda de Oliveira - Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Imbituba e Coordenador da Segunda Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico em resposta ao questionamento do Vereador Bruno declarou que a pergunta do Vereador é pertinente e declarou que o projeto que foi licitado e está na iminência da ordem de serviço refere-se à Rua Nossa Senhora Aparecida, já o projeto que está previsto no Plano Municipal de Saneamento refere-se à Rua Hercílio Nunes e a sua paralela, onde existe um grande problema de drenagem. Em relação à questão levantada sobre o Plano Diretor de Drenagem e Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, explicou que o Ministério das cidades exige a elaboração de um Plano Diretor de Drenagem Urbana. Com a palavra, o Engenheiro Marcos Roberto Carrer, da SANEVILLE, complementou a explicação do Engenheiro Fillipe, explicando que alguns municípios fazem o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, porém o seu custo é de quinze a vinte vezes maior que um Plano de Drenagem e que, do seu ponto de vista, como engenheiro, ele é quase um projeto executivo tamanho o seu grau de detalhamento. Assim, na sua opinião como técnico, prefere fazer um Projeto executivo detalhando todo o sistema de esgotamento sanitário do que um plano diretor. Dando sequência à audiência, o Presidente passou a palavra aos demais vereadores. Com a palavra, o Vereador Valdir Rodrigues iniciou a sua fala dizendo que cometeu um grande erro ao falar que o atual prefeito não fez um metro de esgoto. Na verdade, falou o vereador, foram vários e vários prefeitos que não fizeram um metro de esgoto. Após, questionou ao Executivo sobre o que está sendo feito pelo município em relação à captação da Rio D'una e sua nascente que tem suas margens cercadas por rizicultores e arrozeiros que se utilizam de muito veneno. Assim, perguntou o que o município está fazendo

Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 3	Responsável 
--	---	------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

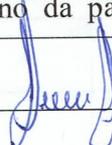
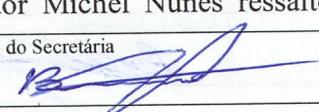
para garantir uma água de qualidade. O diretor Presidente da SAMAE, Senhor Gilnei explicou que o sistema de captação de água foi implantado na década de 70 e que existe no município uma abundância de água, mas que entende que é preciso se preocupar com o futuro, tanto que já existe um estudo para fazer poços de alta profundidade. Quanto o Rio D'una disse que ele não pertence em toda a sua extensão ao município, pertencendo também ao município de Imaruí. Falou que já entraram em contato com Univali visando implantar uma faixa sanitária para preservar a adutora. Explicou que o ministério público estadual contratou um estudo, há cerca de dois anos, para analisar a água em todo o estado e, segundo este estudo, foi verificado que a água o município está isento de agrotóxico. Disse que este ano, novamente, o Ministério público contratou um laboratório de São Paulo para fazer um novo estudo e que o município está aguardando o resultado. Por enquanto, os resultados demonstram que a água é saudável para se beber. Disse que no plano está previsto também a revitalização da mata ciliar do Rio Duna. Com a palavra, o Eng. Fillipe complementou a fala do diretor-Presidente do SAMAE, Senhor Gilnei Cardoso, onde explicou que o SAMAE realiza coleta a análise da água a cada duas horas e de acordo com as normativas da CONDEMA e ambientais. Assim, todo princípio de contaminação que possa vir a existir à montante da captação é constado pelo laboratório que monitora a qualidade da água 24 horas por dia. Dando continuidade à Audiência Pública, o Presidente passou a palavra ao Vereador Elísio Sgrott. O **Vereador Elísio Sgrott** falou que na parte de drenagem pluvial foram apresentados investimentos na ordem de dezesseis milhões para as áreas de Nova Brasília, onde já existe um projeto de 2015 que pode ser atualizado, além dos investimentos na região de Vila Nova Alvorada, restando algo em torno de dois milhões, novecentos e quarenta mil para serem investidos em anos posteriores, ainda em curto prazo. Neste sentido, o Vereador sugeriu que os investimentos sejam realizados nos bairros Vila Santo Antônio, Sagrada Família e Posto da Vila e, num futuro próximo, na ETE para estas localidades. Sugeriu também que o município observe o cronograma de coleta de resíduos orgânicos que tem se chocado com o de coleta seletiva. Sugeriu que o município tome o cuidado de fazer com que a coleta seletiva nos bairros e centro sejam feitas em dias diferentes da coleta do orgânico, visando o reaproveitamento melhor do lixo reciclável e evitar que o município reduza o seu custo com o lixo. Finalizando o seu pronunciamento, o Vereador Elísio Sgrott comentou sobre a pergunta do Vereador Valdir, quando este questionou sobre o que o município está fazendo para garantir água no futuro. Falou que o Ministério Público, em parceria com os rizicultores e Prefeitura, construiu uma barragem submersa para evitar a salinidade e que há interesse em levar a captação mais à montante, e que há interesse também em se construir uma barragem mais próxima das vertentes, no Rio Espraiado. Dando sequência à audiência pública, o Presidente passou a palavra ao Vereador Thiago da Rosa. Com a palavra, o **Vereador Thiago Rosa** falou que no entre os programas, projetos e ações para o esgotamento sanitário de execução imediata, não há a previsão de investimentos em fiscalização, sendo a fiscalização, segundo o vereador, necessária para impedir que continuem jogando esgoto nos rios, lagoas e praias do município. Em resposta, o Diretor-Presidente do SAMAE, Senhor Gilnei Cardoso, explicou que a nova licitação para a nova operadora do sistema prevê um levantamento da drenagem existentes, bem como está se estudando a aquisição de um robô para verificar irregularidades na drenagem. Com a palavra, o Engenheiro civil Fillipe Souza Miranda de Oliveira, complementando as colocações do

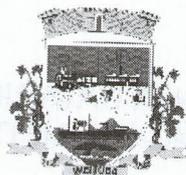
Visto do Presidente	Visto do Secretária	Fls.: 4	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Diretor-Presidente da SAMAE, e declarou que a licitação em andamento, prevê a contratação de equipes de topografia com aparelhagem adequada, contratação de engenheiro sanitaria e civil, técnicos em edificações, veículos apropriados para realizar a fiscalização, bem como o uso de robôs que são automatizados para se colocar dentro da drenagem urbana e verificar irregularidades no sistema. Assim, afirmou que a nova operadora, no novo contrato que é de operação e manutenção do sistema, deverá além de fazer a fiscalização contínua na rede de drenagem urbana, também realizar a fiscalização na rede de drenagem pluvial. Na sequência, foi concedida a palavra ao Vereador Michel Nunes que apresentou quatro questionamentos ao Executivo Municipal: Qual o percentual de perda de água do sistema?; Qual o valor arrecadado pela SAMAE e qual o seu custo? Qual o valor de investimentos previstos? Com a palavra, o Diretor-presidente da SAMAE, Senhor Gilnei informou que a perda do sistema está estimada em 35% de perdas, sendo o valor aceitável 25%. A arrecadação está em dois milhões de reais/mês, sendo que o custo está em novecentos mil reais/mês com a manutenção e operação do sistema, desconsiderando a drenagem que deve elevar o custo. Em relação à licitação, o seu preço máximo é de um milhão e trezentos, um milhão e quatrocentos mil. Por fim, informou que a SAMAE, dispõe em média quinhentos mil reais/mês para destinar para investimentos. Com o retorno da palavra, o **Vereador Michell Nunes** ressaltou que há dois meses foi autorizado pelo legislativo municipal a aprovação de empréstimo de quarenta milhões de reais e ressaltou que no projeto do plano municipal de saneamento em discussão, não está previsto investimentos a curto prazo para saneamento básico. Neste sentido, indagou ao executivo sobre qual o planejamento para a aplicação deste valor. Com a palavra, o Engenheiro Fillipe Souza Miranda de Oliveira explicou que o Plano Municipal de Saneamento prevê para os dois próximos anos, a realização de estudos visando o planejamento para o saneamento. Explicou que serão realizados estudos para determinar onde será realizado o tratamento do esgoto, e em quantas unidades o esgoto será tratado, onde será descartado o efluente tratado. Segundo o engenheiro, o estudo vai dar os subsídios necessários para fazer o planejamento para o saneamento básico. Explicou que também será realizado um estudo macro para definir qual a melhor gestão do esgoto para a cidade. Por fim, informou que, a curto prazo, serão destinados cinco milhões para a Lagoa da Bomba. Com a palavra, o Prefeito complementou a fala do engenheiro explicando que para definir quanto investir, é necessário saber o custo do projeto, e por onde começar. Disse que o compromisso do município é tratar com prioridade a questão do saneamento básico da Praia do Porto e Lagoa da Bomba/Usina. Salientou que os estudos técnicos que devem dizer onde é mais viável tratar e descartar o esgoto tratado. Disse que quer discutir com a comunidade e o legislativo, de que forma vão fazer os investimentos em saneamento, se através do SAMAE, ou vão captar recursos através de uma linha de crédito específica, investimentos externos, ou concessão dos serviços. Com relação ao empréstimo, disse que pretende investir mais do que 60% do valor em saneamento. Disse que esteve reunido semana passada com técnicos da prefeitura, inclusive técnicos externos, sobre um edital para um termo de referência para a realização de um estudo completo para a recuperação da Lagoa da Bomba. Disse que já tem um projeto pronto para a recuperação urbanística da Lagoa, porém para o trabalho de despoluição da lagoa precisam de um estudo que avalie o grau de poluição da lagoa e o que é necessário para a sua recuperação. Com o retorno da palavra, o Vereador Michel Nunes ressaltou que os recursos de cinco

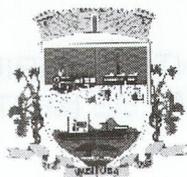
Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 5	Responsável 
--	---	------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

milhões previstos no plano de saneamento para a Lagoa da Bomba, referem-se à recuperação urbanística da Lagoa e não para a sua despoluição. Dando continuidade à Audiência Pública, o Presidente passou a palavra ao **Vereador Humberto Carlos dos Santos**. Com a palavra, o Vereador destacou a importância da recuperação da Lagoa da Bomba. Na sequência, mencionou a Estação de Tratamento Esgoto do Paes Leme, a qual foi implantada em 2003, pelo então Governador do Estado Luiz Henrique da Silveira, e que desde então pouco se investiu em tratamento de esgoto do município. Neste sentido, questionou se o município pretende ampliar a supracitada ETE, sendo que a comunidade reclama que a localização desta ETE não é a mais adequada por não ser o ponto mais baixo do bairro, gerando problemas para a comunidade. Após, o Vereador falou que a ICC deixou como herança alguns postos artesianos e questionou se o executivo não poderia pensar numa estratégia de manter estes poços ativos para, posteriormente, utilizá-los para abastecimento de alguns bairros. Por fim, perguntou ao Executivo Municipal quais as perdas técnicas e comerciais no serviço de abastecimento de água. Em resposta, o Engenheiro Fillipe falou que os planos para a Estação Compacta do Paes Leme é de que ela seja tratada como uma estação de recalque. Neste sentido, o esgoto coletado chega na estação de recalque por gravidade, sendo recalcado de um ponto para o outro até chegar na estação de tratamento de esgoto onde será devidamente tratado. Em relação aos poços artesianos deixados pela ICC, falou que eles são de conhecimento do SAMAE e que nas proximidades da ETA há poços de alta profundidade que futuramente podem ser utilizados como fontes alternativas para a captação de água. O Diretor-Presidente da SAMAE, Senhor Gilnei, complementando a fala do Engenheiro Fillipe, disse que realizou a análise da água coletada em um destes postos localizados nas proximidades da ICC, e declarou que a análise apontou quatro vezes o índice aceitável de chumbo. Assim, declarou a importância de as pessoas terem cuidado ao fazerem a perfuração de poços para a captação de água. Em relação às perdas de água do sistema, disse que não tem os dados separados entre o que é perda física ou comercial. O Engenheiro Fillipe esclareceu que estudos apontam para uma estimativa de 35% de perda. Esclareceu que as perdas se dividem em perda comercial, que é a caracterização do uso pelas unidades consumidoras. Disse que muito desta perda foi amenizada quando se implementou a cobrança da taxa de lixo, junto à de água, onde ocorreu um cadastramento das unidades consumidoras. Já em relação às perdas físicas que são aquelas que ocorrem no tratamento e no ramal de distribuição de água, esta deve ser melhor trabalhada com a substituição dos hidrômetros, uma das exigências no novo marco regulatório. Após, o Presidente da comissão passou a palavra ao **Vereador Matheus Paladini**, que iniciou a sua fala questionando os termos aditivos do contrato, bem como perguntou sobre qual a porcentagem de usuários que estão efetivamente cadastrados na coleta de lixo, que pagam taxa de água, e esgotamento sanitário. Por fim, perguntou ao Executivo se existem outros pontos de captação de água sendo planejados. Com a palavra, o Prefeito Rosivaldo da Silva Júnior falou que os aditivos se referem à prorrogação para a execução do Plano Municipal de Saneamento que devido à pandemia e a dificuldade em coleta de dados teve o seu prazo prorrogado em nove meses. Com a palavra, o Diretor-Presidente da SAMAE, Senhor Gilnei, declarou que todos os consumidores pagam a água, sendo em torno de dezenove mil unidades consumidoras. Esclareceu que as ações para o saneamento básico dependem de orçamento e que para o próximo ano já está previsto o reservatório de Nova

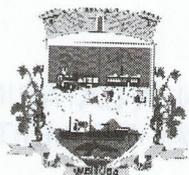
Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 6	Responsável 
--	--	------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

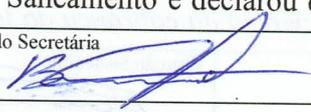
Brasília, com destinação de dois milhões no orçamento para a construção e contratação de empresa para fazer os projetos básico e executivo. Para o verão, está prevista ampliação da rede para o Rosa. Com o retorno da palavra, o Vereador Matheus Paladini disse que foi informado que o município está cobrando taxa de água quando o munícipe tem só posto artesiano. Em resposta, o Engenheiro Fillipe declarou que tal informação não procede, pois a cobrança só acontece quando é instalado o hidrômetro. Com a palavra, o prefeito alertou para a questão que um munícipe só pode perfurar um posto, mediante licença ambiental. Dando continuidade à Audiência Pública, o presidente passou a palavra ao **Vereador Roel Antonio Ruiz**. Com a palavra, o Vereador Roel perguntou ao Engenheiro Marcos Roberto Carrer da SANEVILLE sobre quais foram as dificuldades citadas na conclusão dos trabalhos do Plano Municipal de Saneamento. Com a palavra, o Engenheiro falou que as dificuldades se deram no início dos trabalhos, ainda na fase do diagnóstico, quando é necessária a coleta de dados. Disse que devido à pandemia, a coleta de dados se deu de forma remota, o que dificultou os trabalhos. Na sequência, o Vereador questionou o Engenheiro Filipe sobre a capacidade do município em realizar os exames da água. Questionou se as análises realizadas conseguem identificar a presença de produtos químicos. Com a palavra, o Engenheiro Fillipe respondeu que existe capacidade técnica de análise e que elas são feitas de acordo com o regramento ambiental e citou o convênio que o município possuem com o CISAN, onde um laboratório móvel faz algumas das análises mais complexas. Por fim, o Vereador Roel questionou sobre a aquisição do robô para a identificação de conexões clandestinas. Após, foi concedida a palavra ao Vereador Leonir de Sousa que questionou sobre a conveniência/oportunidade de implantar uma ETA na região sul do município, para atender aquela região, até mesmo em virtude da qualidade da água do Rio D'una ser afetada pelas enchentes provocadas pelas marés. Com a palavra, o Diretor-Presidente da SAMAE declarou que já está existe um projeto para a implantação de um poço artesiano de alta profundidade no município de Imbituba para atender aos bairros de Itapirubá, Roça Grande e Guaiúba. Por fim, o Vereador questionou sobre a viabilidade de passar para uma concessionária os serviços de fornecimento de água. Com a palavra, o engenheiro afirmou que o PMSB prevê a realização de estudos de viabilidade técnica e financeira para verificar a melhor forma de gestão do sistema e o impacto nas tarifas. Finalizada a participação dos Vereadores, o Presidente da Comissão de Educação e Meio-ambiente, Vereador Deivid Rafael Aquino, abriu a fase de audiência do público e solicitou ao Secretário da Audiência, Vereador Bruno Pacheco da Costa, a leitura das contribuições realizadas pelos expositores inscritos. Primeiramente, foi lida a contribuição do cidadão **Marco Aurélio Souza Silvestre**, da entidade CASABIO, residente do bairro Alto Arroio, onde escreveu *“sobre o esgotamento sanitária precisa investir em ETE compacta descentralizada, pois é um ótimo custo benefício e que atende todos de forma simples e modular; Precisa regulamentar o código de obras para ETE compacta; Imbituba já possui estas estações em alguns casas unifamiliar e multifamiliar.”* Na sequência, foi lida a contribuição do cidadão **Vagner Silva Oliveira**, da ASAEP, residente do bairro Vila Nova: *“Sugestões: Tratamento de esgoto descentralizado; Utilização de 100% do valor licitado para a CEF (Caixa Econômica Federal) para execução do saneamento básico ao investe de usar para reforma do ginásio, da policlínica. Saneamento é requisito básico para saúde da população. Melhorar a eficiência da cobrança da taxa de lixo; Incluir a taxa de lixo no IPTU*

Visto do Presidente	Visto do Secretária	Fls.: 7	Responsável
---------------------	---------------------	---------	-------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

e de enviar automaticamente por e-mail.” Em resposta, o Prefeito Rosivaldo da Silva Júnior, falou que, com relação ao tratamento descentralizado/ETES compactas, o mesmo já está no escopo dos estudos a serem realizados. Na sequência, o Prefeito falou que quando se fala que 4% tem tratamento de esgoto, refere-se aqueles que são atendidos pela ETE, mas os prédios, loteamentos e muitas residências já tratam seus esgotos através de estações compactas. Sobre o questionamento sobre os investimentos realizados na policlínica e do ginásio, falou que não se trata de fazer uma coisa ou outra, é preciso investir em saneamento, mas também na infraestrutura da cidade. Finalizada a participação dos expositores inscritos, o Presidente solicitou ao Secretário a chamada em ordem de inscrição dos cidadãos inscritos como colaboradores. Com a palavra, o Secretário chamou o primeiro inscrito para manifestação: **1 - Fernando Sparrenberger**, do bairro Ibiraguera – Manifestação: Falou que certamente o município não consegue fornecer água de qualidade para toda a população. Falou sobre o grande número de postos artesianos utilizados pelos cidadãos, pelas pousadas, em especial no bairro Ibiraguera, onde já foram realizados estudos que comprovam grande quantidade de coliformes fecais. Disse que existe o mito que essas águas provenientes de poços são de boa qualidade. Na sequência, falou que se assusta com os contêineres de coleta disponibilizados em grande número no município que deseducam as pessoas. Ressaltou que as informações nos contêineres estão equivocadas e é preciso oferecer educação ambiental para as pessoas, deixando claro o que é rejeito, reciclável e o que pode ser tratado organicamente. Em resposta, o Senhor Gilnei disse que o problema de Ibiraguera é a expansão desorganizada daquela região. Falou que a falta de planejamento, com o grande número de construções irregulares traz grandes dificuldades para o saneamento básico. **2 - Sandar Aymone**, residente do bairro Ibiraguera – Manifestação: Lendo o Plano Municipal de Saneamento constatou que o município de Imbituba exporta água para Garopaba e questionou se o empreendimento surfland, que deve consumir uma quantidade muita grande de água, será abastecido pelo município de Imbituba. Após falou da importância de fornecer educação ambiental para a população para que esta saiba como realizar corretamente a separação de lixo. Em resposta, o Diretor-Presidente da SAMAE falou que o município de Garopaba está investindo na melhoria de sua captação de água, porém não consegue precisar o quanto o município de Imbituba continuará exportando de água para Garopaba e se essa água servirá para atender o empreendimento surfland, porém se o município estiver na iminência de perder o sistema, ou seja, ter a sua capacidade de atender a toda a população do município de Imbituba comprometida, pode o município, por força do contrato com a CASAN, reduzir a vazão para o município de Imbituba, pois a prioridade de atendimento é com Imbituba. Quando ao desenvolvimento de ações visando à educação ambiental, o Diretor declarou que Plano Municipal de saneamento básico prevê ações de educação ambiental. Complementando, o Prefeito Rosivaldo da Silva Júnior falou que o contrato firmado entre o município de Imbituba com o COOPERZIMBA já prevê ações de educação ambiental voltadas para as crianças. Disse que ano que vem essa ação deve ser ampliada para todo o município, através da parceria entre a COOPERZIMA e a AMOROSA. Dando continuidade à audiência pública, o Presidente passou a palavra à Colaboradora **3 - Maria Aparecida Ferreira**, do bairro Ibiraguera e Conselho Comunitário de Ibiraguera - Manifestação: Disse que saiu o Decreto de composição do Conselho Municipal de Saneamento e declarou que seria importante que este

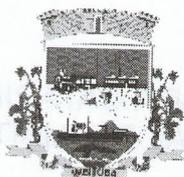
Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 8	Responsável 
--	---	------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

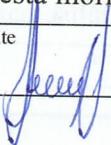
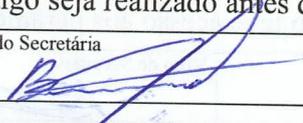
conselho tivesse participado do PMSBI. Falou que gostaria de ter tido a oportunidade de contribuir com o PMSBI, pois é comprometida com a causa ambiental. Disse que foi feito um encaminhamento de uma proposta do IPTU Verde à Prefeitura, visando que os residentes de áreas frágeis ganhem um incentivo na cobrança do IPTU, quando construírem em suas residências as fossas de forma correta. Seria então um incentivo para que as pessoas possam fazer a sua parte. Disse que o projeto já foi aprovado pelo CONDEMA e deve, brevemente, ser encaminhado ao Legislativo Municipal. Na sequência, falou que os estudos, pela geografia do município, apontam que a descentralização do tratamento do esgoto é a solução. Criticou a demora na aquisição dos robôs que vão ajudar na fiscalização daqueles que jogam esgoto em locais indevidos e disse que no bairro Ibiraquera é escancarado vários pontos onde o esgoto é lançado diretamente na Lagoa de Ibiraquera. Assim, cobrou uma atitude por parte do Executivo, antes mesmo que os estudos previstos no PMSB sejam realizados. Em resposta, o Diretor-Presidente da SAMAE relatou que, em parceria com o CISAN e IFSC, realizaram um estudo durante dois anos, onde levantaram 14 pontos no entorno da lagoa com problemas. Disse que este diagnóstico será apresentado já com uma solução. Disse que estes pontos se referem, especialmente, a valas de drenagens naturais, onde a pessoa descarta o esgoto lá em cima, e ele acaba chegando naturalmente à lagoa. Com relação ao IPTU verde, o Prefeito Rosivaldo falou ser uma importante ação educacional, no entanto, ressaltou que se beneficiará do programa aquele cidadão que tem sua obra regular aprovada na SEFIC, porém aqueles cidadãos que têm obras irregulares e que lançam os seus efluentes na rede pluvial, o IPTU verde não terá aplicação. Dando continuidade à Audiência Pública, foi concedida à palavra ao Colaborador **04 - Jaison Pacheco Francisco** – Associação de Surfe de Imbituba. Manifestação: Questionou o executivo se tem alguma ação imediata na região da praia do porto e lagoa dos cágados para resolver o problema do esgoto nestas localidades, bem cobrou uma fiscalização mais efetiva do município em relação ao lançamento de esgoto em locais indevidos, boca de lobo, em especial, uma fiscalização regular nos edifícios. Com a palavra, o Engenheiro Filipe falou que os novos prédios construídos no município têm estação de tratamento de esgotos licenciadas pela Secretaria Municipal de Meio-ambiente e IMA. Quanto à questão das ligações irregulares de efluentes na rede pluvial disse que o município quer fiscalizar com inteligência, usando recursos e tecnologia que permitem identificar a ligação no ponto em que ela acontece, para evitar grandes reparos nas vias, cujos custos são elevados. Colaboradora **5 - Nuia Paula**, do bairro Ibiraquera, professora aposentada da UDESC, geóloga com doutorado em geologia ambiental e recursos hídricos. Falou que considera que o plano apresentado apresenta uma miopia em relação à questão ambiental. Pediu a inclusão no plano dos fundamentos com uma visão da saúde, manutenção dos recursos naturais e da saúde ambiental. Falou que no bairro de Ibiraquera, imagina-se que em torno de seis mil residências utilizam água de poços artesanais; Solicitou um acompanhamento na questão de análise da qualidade da água coletada no Campo D'uma, considerando os novos agrotóxicos liberados para uso, bem como a inclusão no Plano de uma fiscalização sobre a efetividade do tratamento de esgoto nas proximidades da Lagoa de Ibiraquera. Em resposta, o Diretor-Presidente da SAMAE falou que, em relação à análise da água no Campo D'una, informou que o Ministério Público contratou um laboratório de São Paulo e que ainda não recebeu o resultado da última análise e, por isso, ainda não teve acesso aos parâmetros utilizados na análise para constatar se

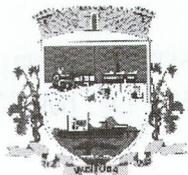
Visto do Presidente	Visto do Secretária	Fls.: 9	Responsável
---------------------	---------------------	---------	-------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

foram incluídos os novos agrotóxicos. Em relação ao tratamento de esgotos no entorno da Lagoa, declarou que o maior problema não é a captação do esgoto, mas onde o esgoto tratado será descartado. Colaborador **6 - Caetano Magalhães**, residente do bairro Arroio. Manifestação: Destacou a importância da Educação Ambiental e de não deixar esta questão somente para a Cooperzimba trabalhar. Falou que o município poderia trabalhar a educação ambiental através da rede de ensino, da rede de saúde e declarou que o município está na contramão. Disse que ao invés de pensar em mais opção de aterro sanitário, o município deveria trabalhar a educação ambiental para que todos fizessem a separação correta do lixo, buscando o seu reaproveitamento ao máximo. Disse que o município deveria se antecipar aos problemas, buscando soluções, como um plano para atender aqueles que jogam o seu esgoto na drenagem e que não tem condições de construir sua própria fossa. Em relação ao esgoto, falou que é preciso apresentar alguma coisa prática e imediata e disse que já apresentou um modelo de fossa séptica, reduzida e compacta que poderia ser oferecida pelo município para aqueles que não tem condição de construí-la. Em resposta, o Engenheiro Filipe explicou que o SAMAE não é responsável pelo resíduo sólido. Neste sentido, o prefeito complementou que o SAMAE ficou com o tratamento de água, tratamento de esgoto e agora assumirá a drenagem pluvial e que os resíduos sólidos, por decisão administrativa, continuou sendo responsabilidade do município, até mesmo para não retirar a capacidade de investimentos do SAMAE. Segundo o prefeito, a arrecadação com a taxa de lixo não cobre os custos da coleta e esse déficit é então coberto com recursos da prefeitura. Em continuidade à Audiência Pública, o Presidente passou a palavra ao Colaborador **7 - Caio F. dos Santos**, do bairro Ibiraquera. Manifestação: Falaram que os problemas mais críticos do município são a Praia do porto e a Lagoa da Bomba/Usina, porém considera que o problema é crítico no município inteiro, pois a Lagoa de Ibiraquera está poluída, a Lagoa do meio, na praia do Rosa, não se consegue tomar banho e, assim, o município mata um dos seus principais ativos que é o turismo; Falou que o município demonstra um desconhecimento grande de sua realidade; o Plano prevê um crescimento populacional de 1,54% por ano, porém nos bairros turísticos e notório que este crescimento é bem maior e se dá de forma desorganizada. Falou que a fiscalização do município é ineficiente e que nada foi feito em relação à ocupação desordenada e que, em 2041, se nada for feito em relação às construções irregulares, estarão novamente discutindo os mesmos problemas ambientais, porém com os índices um pouco diferentes. Disse que duvida que não tem agrotóxico na água, e que nas análises não aparece a presença de agrotóxico porque a resolução não exige esta análise. Por fim, falou que graves problemas têm que ser enfrentados de frente e citou os problemas do lixo na praia do Rosa, onde todo o lixo coletado na praia, em especial o coletado nas ruas, como latas e garrafas, pós festas, vai para o aterro sanitário. Em resposta, sobre a análise do agrotóxico falou que o município faz tudo o que está dentro do regramento. Na sequência, foi concedida a palavra à Colaboradora **8 - Claudete Medeiros**, do bairro Ibiraquera. Manifestação: Falou que o planejamento é uma necessidade óbvia e que espera que o município não fique somente no planejamento, no estudo, mas que seja implementado tudo o que for planejado. Falou da importância de que ações pontuais que já são implementadas em alguns bairros, sejam ampliadas para todo o município, como as ações realizadas pela AMOROSA e COOPERZIMA. Por fim, declarou que a Lagoa de Ibiraquera está morrendo e espera que algo seja realizado antes que seja tarde e pediu para que

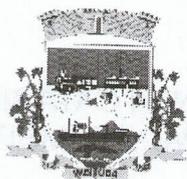
Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 10	Responsável 
--	---	-------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

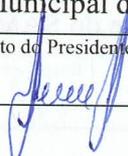
seja considerado no Plano Municipal de Saneamento Básico as *wetlands* como opção. Colaboradora **9 - Cristine Machado**, do bairro Ibiraquera. Manifestação: Falou que o município de Imbituba é considerada “a bola da vez” e disse que acredita que o município tem capacidade de ter um modelo social-ambiental - de proteção à vida das pessoas. Falou que a saída para o saneamento de Imbituba é que o município adote um modelo descentralizado e que o ideal é dar pequenos passos, que seriam pensar em ideias que podem ser implementadas agora para enfrentar os problemas. Na sequência falou da importância de todos se unirem para educar as pessoas em relação ao lixo, pois ao trabalhar corretamente a reciclagem e a compostagem, o custo de coleta e dos aterros sanitários para o município tendem a diminuir. Por fim, reivindicou que o plano municipal de saneamento seja construído, envolvendo a população, através de reuniões. Dando continuidade, foi chamado o colaborador **10 - Eduardo Faustina da Rosa**, do bairro Guaiúba, Vereador licenciado do município de Imbituba. Manifestação: Disse que devido à extrema importância do tema, mesmo licenciado das atividades legislativas, resolveu participar da audiência pública. Disse que tem alguns questionamentos a fazer ao executivo municipal: Primeiro questionamento: Se o Conselho Municipal de Saneamento já foi instituído? Se na revisão do Plano Municipal de saneamento o Conselho Municipal não deveria ter participado, ainda que de forma consultiva? Segundo questionamento direcionado ao senhor Marcos Roberto Carrer - Engenheiro Civil da SANEVILLE : Qual seria o modelo de gestão que garante saúde financeiro para se conseguir alavancar recursos para que se consiga ter o saneamento básico tão almejado pela população?; Terceiro questionamento: Como está a licitação da concorrência 01/2021, pois acompanhou a habilitação de três empresas, porém já se passou sessenta dias e não soube demais nenhum andamento? Perguntou o que está faltando para finalizar a referida licitação que é tão importante para a fiscalização no município. Em resposta, o Engenheiro Marcos da SANEVILLE iniciou falando da viabilidade econômico-financeira. Lembrou que o plano Municipal de Saneamento é uma ferramenta de planejamento, e como ferramenta de planejamento ela dá os dados de entrada e os investimentos previstos, assim os estudos é que detalharão a melhor forma e maneira de se chegar em um resultado. Disse que tem experiências com cooperativa de reciclagem dando certo em fazer o manejo de resíduos sólido-urbano e outras que não deram certo. Tudo passa pela parte de arrecadação e despesas - o equilíbrio econômico-financeiro, independentemente de quem faça. Falou que não vai falar que o melhor é SAMAE, Cooperativa, parceria público-privada ou concessão. Todas as opções precisam visar o equilíbrio das contas públicas, uma modicidade tarifária ou das taxas. Falou que isso é colocado dentro do plano, os valores e os investimentos. Sobre o manejo do resíduo sólido-urbano, dentro do plano, os investimentos são voltados, principalmente, para a reciclagem e compostagem, mas não é detalhado o que será feito, até porque isso também é necessário ainda ser implementado. Falou que novas tecnologias têm um custo caríssimo, entretanto, tem duas que são fundamentais e não têm um custo tão alto. A primeira é a compostagem caseira ou a compostagem descentralizada, em alguns bairros, e a segunda é a educação a respeito da reciclagem, da triagem que precisam melhorar. Falou que essas ações de melhoria na central da triagem, e na coleta seletiva, e uma evolução da eficiência. Disse que para ter tudo isso, existe um custo que envolve taxas/tarifas mais elevadas. Em resposta ao questionamento sobre o Conselho Municipal de Saneamento, o diretor-presidente do SAMAE,

Visto do Presidente	Visto do Secretária	Fls.: 11	Responsável
---------------------	---------------------	-------------	-------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

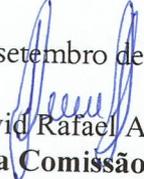
Senhor Gilnei Cardoso, expôs a dificuldade em conseguir compor a participação da população no conselho, que tem 8 membros representantes da sociedade civil e 8 do executivo municipal. Disse que tiveram que fazer 3 chamadas e que o conselho foi composto recentemente. Em relação à licitação mencionada, declarou que lançou o edital, é que depois o processo fica a cargo da secretaria municipal de administração e setor de licitações do Executivo municipal. Disse que a Comissão de licitações fez diligências para verificar o cumprimento das exigências da licitação. Colaboradora **11 - Andrea Carolina**, do bairro Barra de Ibiraquera. Manifestação: Falou do trabalho da AMOROSA, um projeto ambiental que busca promover a educação ambiental e realizam um trabalho de coleta de resíduos orgânicos na região de Ibiraquera (restaurantes e empresas) para compostagem. Falou das residências em Ibiraquera que lançam seus esgotos diretamente na Lagoa sem qualquer tipo de fiscalização por parte do município. Falou do problema envolvendo a coleta de resíduos, onde o município paga duas empresas para fazer o mesmo trabalho e sugeriu que as duas empresas trabalhem em parceria. Colaboradora **12 - Amanda Suíta**, do bairro Vila Alvorada, bióloga e surfista. Manifestação: Disse que a prefeitura deveria ter um compromisso maior em divulgar as consultas e audiências públicas. Disse que é preciso ter ações imediatas, como no caso da Lagoa da Bomba, que é objeto de duas ações civis públicas. Declarou que tem algumas situações que o município pode fiscalizar, como no caso da praia do porto, em que não se faz necessário caminhos ou usar robôs para constatar irregularidades das residências referente ao esgoto. Por fim, falou da importância da educação ambiental na separação do lixo e pediu maior transparência por parte do executivo em relação às tarifas. Encerrada a fase de audiência do público, o Presidente passou às considerações finais dos Vereadores. Primeiramente, foi concedida a palavra ao Vereador Elísio e Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba. Com a palavra, o Vereador Elísio Sgrott falou sobre o pronunciamento da Sandra que declarou que não foi feito nada de conscientização. Falou do seminário que foi feito no início do mandato do atual prefeito para trabalhar a separação adequado do lixo. Disse que concorda com boa parte dos pronunciamentos e declarou que os estudos serão bastante enriquecidos com as contribuições do pública. Após, foi concedida a palavra ao Prefeito Rosivaldo da Silva Júnior que agradeceu a oportunidade da audiência pública. Agradeceu aos servidores envolvidos no processo de elaboração do plano municipal de saneamento, bem como ao público que participou da audiência. Falou que o município de Imbituba tem muito a avançar na questão do saneamento básico e a curto prazo, independentes de grandes investimentos, em especial numa fiscalização mais efetiva. Disse que o crescimento irregular é algo que o tem combatido e tem que combater mais e que esta ação é uma ação tem que ser feita pelo Executivo, Legislativo e por todos. Disse que é muito cobrado sobre as liberações para ligação de água e energia e que é acusado, inclusive, de ser o prefeito que não quer ligar luz. Falou que não é verdade, que só não pode fazer a ligação de luz em locais irregulares. Por fim, disse que é necessário trabalhar para realizar a regularização fundiária, a regularização das construções, dando condições para que deseja regularizar, possa fazê-lo. Com a palavra, o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Meio-Ambiente agradeceu a todos, em especial aos cidadãos que participaram da audiência pública. Após declarou encerrada a Audiência Pública e informou que os registros da audiência estarão disponíveis no site da Câmara Municipal de Vereadores.

Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 12	Responsável 
--	---	-------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Imbituba, 15 de setembro de 2022.


Deivid Rafael Aquino
Presidente da Comissão de Educação,
Saúde e Meio-Ambiente


Bruno Pacheco da Costa
Vice-Presidente e Secretário ad hoc

Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 13	Responsável 
--	---	-------------	--

